

Mailson já admite recorrer à

Jornal de Brasília • 5

moratória

São Paulo — O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, admitiu que o Brasil poderá decretar nova moratória no pagamento dos juros devidos aos credores externos caso as reservas cambiais brasileiras (hoje em torno dos US\$ 6 bilhões) sofram processo de forte desgaste em setembro. A possibilidade de haver esgotamento das reservas brasileiras se explica diante da dificuldade na obtenção de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que impossibilita a concessão de créditos setoriais do Fundo Nakasone — plano de assistência econômica do governo japonês — e do Banco Mundial (Bird) e a terceira parcela de dinheiro novo de US\$ 600 milhões por parte dos bancos credores, todos esses recursos de uma forma ou outra vinculados ao acerto do Brasil com o FMI.

Mailson da Nóbrega transmitiu esse recado durante entrevista concedida ao jornalista Alexandre Machado no programa "Vamos Sair da Crise", transmitido pelas TV Gazeta, de São Paulo, e Capital, de Brasília. Ele explicou que o ponto de honra da atual administração é a proteção das reservas cambiais e da política de câmbio

único do Brasil. "Nós nos reunimos recentemente com o presidente Sarney e recebemos a orientação de resistirmos bravamente a qualquer ação que implique na destruição da política cambial brasileira", afirmou, contundente, o ministro. O Brasil deve pagar cerca de US\$ 2,3 bilhões de juros aos bancos credores em setembro, mas pode praticamente arrombar seu caixa caso as liberações previstas por parte dos governos e bancos não venham a ocorrer por falta de um acordo com o FMI.

Esperança

O total de liberações do Bird, Fundo Nakasone e bancos credores é de cerca de US\$ 4 bilhões, e estão amarrados ao FMI. Caso não haja acordo, o Brasil gastaria esses US\$ 2 bilhões dos seus US\$ 6 bilhões em reservas cambiais, reduzindo consideravelmente a situação de seu caixa, em setembro. "Vamos preservar nossas reservas a todo custo", garantiu Mailson, ressaltando: "Mas, ao contrário das pessoas que apregoam o cataclismo em setembro, ainda estou otimista quanto a um acordo com o FMI. "Nada garante que não haverá acordo com o FMI".

O ministro da Fazenda explicou, porém, que se o Brasil vier a suspender novamente o pagamento dos juros aos bancos credores, isso será feito de forma diferente. O Brasil, citou Mailson, já fez seis moratórias ao longo de sua história, sendo que apenas duas delas se deram numa confrontação com a comunidade financeira internacional, em 1937 e 1987. Outro dado citado por Mailson: apenas na América Latina, neste momento, cinco países — Venezuela, Argentina, Equador, Peru e Bolívia — estão em moratória, silenciosa ou negociada, enquanto Brasil, México, Chile, Colômbia e Uruguai continuam pagando normalmente os juros da dívida.

Mailson da Nóbrega pretende, se necessário, lançar mão de uma moratória através de negociação recheada de justificativas para argumentar economicamente a suspensão do pagamento dos juros aos credores. "Os próprios estatutos do FMI prevêem a suspensão do pagamento dos juros, desde que isso seja feito para preservar o nível das suas reservas cambiais. Agora, o que complica é quando se utiliza esse processo de forma política",

lembrou Mailson. "A própria Venezuela é um exemplo. Ela chamou os credores e disse, olha, vocês me desculpem, mas não temos reservas e pedimos sua paciência para não pagarmos os juros até que meus problemas internos se resolvessem. Depois dessa moratória negociada, a Venezuela assinou um acordo com o FMI.

Aviso

O ministro da Fazenda lançou ainda um aviso aos produtores de soja que estão pressionando o governo a lançar um câmbio diferenciado para as exportações do produto. "A política cambial será unificada, e disso não abrimos mão. Não será um movimento nacional de produtores de soja que nos levará a incendiar o País com um câmbio duplo". Mailson afirmou que um país entra em rota de hiperinflação quando há desequilíbrio fiscal, dolarização da economia e esgotamento das reservas cambiais. "Ora, as pessoas julgam que o Brasil está desequilibrado na área fiscal, mais ou menos dolarizado e só nos resta o nosso nível de reservas cambiais", justificou.